

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista de Educação - IMED, fundado em 28 de fevereiro de 1928 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrando o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrando programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMED, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social - PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias do instituto, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 18;

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

O instituto goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, o instituto apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 12.208.087 (R\$ 10.865.483 em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio social de R\$ 40.419.076 (R\$ 33.126.271 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que as medidas de gestão implementadas começam a apresentar resultados, dentre os quais destaca:

- Implementação de planejamento estratégico, cujos pilares são o fortalecimento da confessionalidade e garantia da sustentabilidade;
- Reversão da tendência de queda de matrículas pela captação e retenção de alunos, por meio de ações preventivas de identificação dos principais riscos e pela melhoria dos indicadores de qualidade, alinhados a recursos tecnológicos;
- Ajuste sistemático das despesas e custos adequados à margem de contribuição, como fator preponderante para oferta e manutenção de cada curso;
- Evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;

Atingidos os resultados das ações de controle de gestão, se faz necessário reverter o desempenho dos índices de liquidez pela eliminação dos passivos, principalmente, concentrados em dívidas trabalhistas e tributárias. Para esta frente a Administração busca alienar bens imóveis para injetar os recursos na operação.

As ações de controle de gestão acima, possibilitaram a reversão da tendência de redução do resultado bruto mediante a perda de alunos, conforme Demonstrações de Resultados de 2019, em comparação com 2018, houve estabilização do desempenho operacional, que foram oriundas da redução de custos em 4% conforme nota explicativa nº 20, e que dirimiram o impacto da redução da receita conforme nota explicativa nº 18.

Para os índices de liquidez a administração tem ações para eliminação de passivos, principalmente, concentrados em operações com partes relacionadas, dívidas trabalhistas e tributárias, através da alienação de bens imóveis, que melhorarão significativamente a liquidez da instituição. Também foram iniciados estudos para parcelamento de débitos tributários e negociação coletiva no âmbito judicial para os processos em andamento.

Eventuais resultados de tais ações, tendo em vista que impactarão exercícios seguintes, são demonstrados como eventos subsequentes conforme nota explicativa nº 29.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 R1 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsa de estudo concedidas

A receita é apresentada líquida, das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 19).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas referem-se às mensalidades de ensino de Educação Básica.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Ativo Não Circulante disponibilizado para venda

Os bens do ativo imobilizado que são disponibilizados para venda são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo Não Circulante mantido para venda”. Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

2.2.7. Ativos circulantes e não circulantes

A estimativa de perda para créditos de realização duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidades e cheques a receber, considerados de difícil realização.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

2.2.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Banco - Contas Correntes	7.435	259
Caixa	-	183
Aplicações	-	100
	7.435	542

4. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Mensalidades a Receber	1.491.080	1.647.342
Confissão de dívida de faturas	893.791	1.004.826
Cheques Devolvidos à Tesouraria	27.272	97.142
Cheques a compensar	25.214	29.604
Créditos a receber - Cartão de crédito	3.493	119.998
Bolsa FIES	27	27
Cheques em cobrança	-	1.424.814
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.878.579)	(3.525.792)
	562.299	797.961

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua. No ano de 2019 foram baixados cheques em cobrança que estavam vencidos acima de três anos e estavam totalmente provisionados como perdas.

As confissões de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido da perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Perda estimada para créditos de liquidação

Descrição	2019	2018
Mensalidades a receber	(1.037.220)	(1.150.334)
Confissão de dívidas	(814.087)	(853.502)
Cheques e cobrança judicial (a)	(27.272)	(1.521.956)
	(1.878.579)	(3.525.792)

(a) No ano de 2019 foram baixados cheques em cobrança que estavam vencidos acima de três anos e estavam totalmente provisionados como perdas.

A estimativa de perda foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso para as mensalidades:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 100% sobre as negociações de dívidas vencidas há mais de 181 dias.

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Contas a Receber diversas	588.256	268.738
Adiantamento a Fornecedores	326.333	160.556
Material Didático a Receber	84.779	174.715
Adiantamento para Viagem	1.300	1.305
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84.779)	(171.220)
	915.890	434.093

6. Ativo não circulante mantido para venda

Descrição	2019	2018
Ativo não circulante disponibilizado para venda	341.920	-
	341.920	-

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Em conformidade com o processo de reestruturação do instituto, a Administração deliberou pela alienação de bens do ativo imobilizado não relacionados às suas atividades operacionais. Desta forma, tais ativos foram reclassificados para a rubrica Ativo não circulante disponibilizado para venda.

Considerando que o valor de mercado desses bens, suportado por laudo de empresa especializada ou por proposta de compra, é superior ao custo histórico contábil, nenhum ajuste foi requerido.

A Administração considera que a venda no prazo inferior a um ano é altamente provável, pois para sua conclusão, somente está aguardando a regularização documental das partes. Os valores dos bens reclassificados para essa rubrica estão demonstrados a seguir:

Terrenos	Valor
Fazenda Três Meninas - Matrícula 50.038	189.000
Terreno Lins - Matrícula 36.198	152.920
Total	341.920

7. Depósitos judiciais

Descrição	2019	2018
Depósitos recursais e bloqueios judiciais	231.227	37
	231.227	37

A instituição teve um aumento de depósitos judiciais e bloqueios no ano de 2019, relacionados aos processos trabalhistas, conforme nota explicativa nº 13, requerendo os pagamentos das verbas trabalhistas que já estão contabilizadas pela folha de pagamento, não aumentando assim, as despesas de contingências.

8. Compromissos a receber

Descrição	2019	2018
Compromissos a receber	52.217.884	42.252.077
	52.217.884	42.252.077

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
42.252.077	9.433.416	(5.154.524)	5.686.914	52.217.884

Os saldos a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2019 são relativos a operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

9. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	2019			2018	
	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	124.155		124.155	466.075
Edificação	4%	35.338	(33.893)	1.445	1.871
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	4%	5.375.870	(2.713.031)	2.662.839	3.009.976
Instalações	10%	1.200	(655)	545	665
Móveis e Utensílios	10%	2.265.770	(2.111.520)	154.250	197.193
Equipamentos de Comunicação	10%	12.447	(12.418)	29	1.053
Equipamentos de Ensino	10%	5.647	(595)	5.052	5.617
Máquinas e Equipamentos	10%	327.783	(198.865)	128.918	157.825
Veículos	20%	220.742	(220.742)	0	1.680
Biblioteca	10%	304.364	(292.947)	11.417	15.067
Laboratório salas especiais	10%	58.910	(58.117)	793	1.012
Equipamentos de Informática	20%	2.004.040	(1.965.657)	38.383	4.119
Instrumentos Musicais	10%	558	(425)	133	189
		10.736.824	(7.608.866)	3.127.958	3.862.342

b. Movimentação do custo

Descrição	2018	2019			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Terrenos	466.075	-	-	(341.920)	124.155
Edificação	35.339	-	-	-	35.339
Benfeitorias em imóveis de Terce	5.375.870	-	-	-	5.375.870
Instalações	1.200	-	-	-	1.200
Móveis e Utensílios	2.248.820	14.300	-	-	2.263.120
Equipamentos de Comunicação	12.447	-	-	-	12.447
Equipamentos de Ensino	5.647	-	-	-	5.647
Máquinas e Equipamentos	328.213	2.220	-	-	330.433
Veículos	220.742	-	-	-	220.742
Biblioteca	304.364	-	-	-	304.364
Laboratório salas especiais	58.910	-	-	-	58.910
Equipamentos de Informática	1.965.585	38.455	-	-	2.004.040
Instrumentos Musicais	558	-	-	-	558
	11.023.769	54.975	-	(341.920)	10.736.824

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

10. Intangível

Descrição	2019			2018	
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Direitos de uso de software	20%	228.272	32.446	195.827	209.928
Marcas e patentes	4%	25.602	20.268	5.334	6.614
		<u>253.874</u>	<u>52.713</u>	<u>201.160</u>	<u>216.542</u>

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direitos de uso de software	228.272	-	-	-	228.272
Marcas e patentes	25.602	-	-	-	25.602
	<u>253.874</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>253.874</u>

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2019	2018
INSS a recolher	2.462.362	1.654.401
FGTS a recolher	2.059.972	2.305.821
Salários e Ordenados	854.162	405.200
Férias	548.207	568.381
13º Salário	440.260	-
Rescisão	226.679	214.944
FGTS Férias	37.671	35.853
Contribuição Assistencial	31.357	31.131
Contribuição Sindical	11.448	9.617
Estagiários	10.540	12.376
Serviços avulsos s/ vínculo	4.341	2.307
Consignações Financeiras de Empregados	3.708	14.418
Mensalidade Sindical	977	-
Pensão	397	(882)
Acordos Trabalhistas	-	3.000
	<u>6.692.080</u>	<u>5.256.568</u>

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcelamentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº 29.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
IRRF a recolher s/ salários	969.618	643.289
PIS/ Confins/ CS a recolher s/ serviços	17.189	11.402
INSS a recolher s/ serviços	9.067	7.166
IRRF a recolher s/ serviços	7.034	5.968
ISS a recolher s/ serviços	3.096	1.672
	1.006.005	669.497

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme nota explicativa nº 29.

13. Provisão para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido entre 2016 e 2019. As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2019			2018		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante	2.110.000	-	2.110.000	2.000.000	-	2.000.000
Trabalhistas	10.000	-	10.000	-	-	-
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Tributárias	2.100.000	-	2.100.000	2.000.000	-	2.000.000
Não circulante	457.887	231.227	226.660	363.050	37	363.013
Trabalhistas	457.887	231.190	226.697	113.050	-	113.050
Cíveis	-	-	-	-	-	-
Tributárias	-	37	(37)	250.000	37	249.963
	2.567.887	#VALOR!	2.336.660	2.363.050	37	2.363.013

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.363.050
Movimentação líquida	204.837
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.567.887

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

Com base nessa análise, foi revista a estimativa de perda nesses processos o que resultou na mudança de classificação de parte dos valores, de perda provável para possível. As alterações decorreram do melhor entendimento sobre os processos e maior experiência adquirida ao longo do período na sua condução, bem como da expectativa de conciliação em parte das demandas. A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas possíveis	2.611.163	-

14. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Parcelamento PERT da Lei 13.496/2017	140.548	132.241	1.094.264	1.142.936
Parcelamento FGTS	228.444	-	702.905	-
	368.992	132.241	1.797.169	1.142.936

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

- (a) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21/06/2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2o. da referida Lei.
- (b) Em 2019 houve a consolidação do Parcelamento FGTS das competências 08/2015 a 04/2016 e 07/2016 a 04/2017 a serem amortizadas em 60 parcelas.

15. Fundo mútuo beneficente

Operação	2019	2018
Fundo Mútuo Beneficente	440.987	440.987
	440.987	440.987

Refere-se ao fundo que foi constituído com recursos dos funcionários e era destinado a empréstimos financeiros aos mesmos, no entanto, desde junho/2018 está sem movimento e será baixado quando for aprovada sua extinção, de acordo com as regras que regem o fundo.

16. Compromissos a pagar

Descrição	2019	2018
Compromissos a pagar	455.024	392.271
	455.024	392.271

2018	Captações	Amortizações	Juros	2019
392.271	11.433	-	51.320	455.024

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é relativo às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodista de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

17. Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficit e superávit acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

	2019	2018
	Educação Básica	Educação Básica
Quantidade de alunos		
Número de alunos matriculados	1842	2122
Número de alunos pagantes	1512	1646
Quantidade de bolsistas gratuidade		
Bolsistas Integrais (100%)	198	216
Bolsistas Parciais (50%)	312	366
Total bolsistas	510	582
	2019	2018
	Educação Básica	Educação Básica
Bolsas Gratuidade		
Bolsas Integrais (100%)	1.490.239	1.954.442
Recursos próprios	1.490.239	1.954.442
Bolsas Parciais (50%)	1.473.320	1.414.347
Recursos próprios	1.473.320	1.414.347
Valor total de Gratuidades	2.963.558	3.368.789
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)		
Educação Básica e Superior		
Outras Bolsas Integrais (100%)	1.243.506	1.353.688
Outras Bolsas Parciais (50%)	2.763.200	3.037.724
	4.006.706	4.391.412
Valor total de Outras Bolsas	6.970.265	7.760.201

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

19. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita bruta operacional		
Receita de ensino	19.232.551	20.964.975
Receita administrativa	1.033.622	1.114.379
	20.266.173	22.079.354
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(2.963.558)	(3.368.789)
Outras Bolsas	(4.006.706)	(4.391.412)
Descontos concedidos	(243.827)	(335.973)
Receita líquida	13.052.082	13.983.180

No ano de 2019 houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na nota explicativa nº 17, no entanto, a instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme nota explicativa nº 1.3 Situação Financeira e Patrimonial e nº 29 Eventos Subsequentes.

20. Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Salários	(4.758.984)	(4.952.883)
Despesas gerais e administrativas	(145.667)	(119.634)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(122.940)	(124.900)
Encargos e Benefícios	(110.425)	(148.731)
Depreciação e Amortização	(39.308)	(39.805)
Outras despesas operacionais	(5.055)	(1.520)
	(5.182.379)	(5.387.472)

Em 2019 houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

21. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	(2.950.211)	(3.227.217)
Encargos e Benefícios	(1.055.188)	(1.070.584)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(17.569)	(23.857)
	(4.022.968)	(4.321.658)

Em 2019 houve redução de despesas com pessoal, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

22. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Energia Eletrica	(333.890)	(329.379)
Água	(194.554)	(156.773)
Material de Uso e Consumo	(108.089)	(125.897)
Manutenção e Conservação	(97.400)	(84.084)
Telecomunicações	(77.509)	(71.927)
Outras despesas	(49.806)	(54.379)
Propaganda e Publicidade	(33.726)	(92.619)
Impostos e Taxas	(24.318)	(11.312)
Serviços de Terceiros	(15.208)	(75.735)
Transporte em geral	(9.992)	(5.172)
Material Didatico	(1.810)	(34.751)
Material Clinico Hospitalar	-	(639)
	(946.302)	(1.042.668)

Em 2019 houve redução das despesas gerais e administrativas, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

23. Outras despesas

	2019	2018
Licença e manutenção do uso de softworks	(139.263)	(206.929)
Outras despesas operacionais	(70.403)	(91.676)
Alugueis	(52.301)	(142.716)
Contribuições a Associações	(27.049)	(23.536)
Lanches e Refeições	(7.519)	(10.519)
Consultorias	(5.302)	(10.025)
Serviços graficos	(4.210)	(18.455)
Viagens e Estadias	(280)	(4.762)
	<u>(306.326)</u>	<u>(508.617)</u>

Em 2019 houve redução em outras despesas gerais, para adequação à redução da receita, conforme nota explicativa nº 19.

24. Despesas financeiras

	2019	2018
Juros Passivos	238.101	403.316
Despesas Bancárias	180.515	105.865
Multas	176.608	201.611
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos	143.145	131.937
Juros e Multa passivos (a)	51.320	44.842
IOF/IOC	584	(77.162)
Descontos Concedidos	-	414
	<u>790.272</u>	<u>810.823</u>

(a) Referem-se a atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 16.

25. Receitas financeiras

	2019	2018
Juros e Multa Ativos (a)	5.920.558	4.806.430
Descontos Obtidos	264	2509
	<u>5.920.823</u>	<u>4.808.939</u>

(a) Deste montante, o valor de R\$ 5.686.914 em 2019 corresponde à atualização das operações de mútuos realizadas com Instituições Metodista de Ensino, conforme nota explicativa nº 8.

26. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

27. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. Declarações de Impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

29. Eventos subsequentes

Diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde, em 11/03/2020, e notícias da identificação do coronavírus (COVID19) amplamente veiculadas desde dez/2019, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais com paralisação de diversos negócios e serviços em quase todos os países, além de ordens governamentais que envolvem o isolamento social, incluindo restrição de circulação (“lockdown”), como forma de conter a disseminação do vírus, gerando instabilidade e incertezas sociais, econômicas e relacionadas ao trabalho, além da volatilidade no mercado financeiro.

Visando a reduzir e mitigar os impactos econômicos dessa crise, as autoridades do mundo inteiro promoveram intervenções nas economias de seus países.

No Brasil, através do decreto legislativo nº 6 de 20/03/2020, foi estabelecido estado de calamidade pública e combinado com medidas provisórias de minimização de impactos, na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, para prover liquidez e crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Especificamente no segmento onde atuamos, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância até que se possa retomar o formato presencial.

Diante deste contexto, a Educação Metodista, em 12 de março de 2020 criou um comitê de crise para levantar e discutir os principais riscos e ações a serem adotadas, que dentre as principais ações, modificou e implementou para todas as unidades e segmentos, com êxito pleno, o regime letivo remoto, em ambiente virtual e colaborativo, com treinamento dos docentes, reforçado por campanhas de esclarecimento e manutenção da comunicação com a comunidade discente, docente e colaboradores.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Para as atividades de BackOffice, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social, maximizamos as equipes para o trabalho e atendimento ao aluno de forma remota, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir que não houvesse descontinuidade de suas operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos, bem como a manutenção das reuniões prioritárias entre as áreas.

Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores

Concluimos que em tempo hábil, nossas ações resultaram na não incidência de contaminação entre nossos colaboradores.

A redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral e poderão prejudicar dessa forma o processo de captação e rematrícula de alunos do segundo semestre de 2020 e posteriores, a depender da efetividade das iniciativas para minimização e contenção do COVID-19 na economia brasileira e nos mercados em que atuamos.

Sob a ótica financeira, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações.

Mesmo com o monitoramento intensivo dos impactos do COVID-19, pelo comitê de crise, ainda é prematuro estimar eventuais perdas e possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras devido às incertezas ainda existentes sobre o funcionamento da economia e impactos sociais no país no período durante e após a crise, porém, apresentamos abaixo alguns potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD") - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCLD para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Riscos financeiros

Aumento das taxas de juros (“spreads”) de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional e indisponibilidade de capital para prover liquidez às empresas, além da dificuldade de renovação de linhas de crédito e impactos em fornecedores críticos. Adicionalmente, redução da base de alunos ou migração de alunos entre os produtos oferecidos em função do aumento do desemprego e queda na renda das famílias, associadas ao maior volume de crédito ofertado para pagamento de mensalidades e alongamento do prazo de recebimento, com impacto na inadimplência.

A Educação Metodista projeta uma desaceleração da captação e rematrícula de alunos em decorrência da pandemia, porém a estimativa até o presente momento é de que não tenhamos impacto para 2020.

Para minimizar maiores riscos, monitora atentamente o impacto de aumento da inadimplência, de isenções decorrentes de serviços não prestados, e as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos. Adicionalmente a instituição está prospectando novos recursos para capital de giro, renegociando as dívidas com bancos e com fornecedores, implementando campanhas mais agressivas para captação de alunos no 2º semestre e recuperação da inadimplência de anos anteriores, e aplicando no que é possível, as Medidas Provisórias editadas neste período de crise, para redução de custos de folha, postergação de prazos, alongamento de parcelamentos tributários e de FGTS na modalidade transação, entre outras.

Na esfera judicial, em suas diversas instâncias, onde concentram-se riscos significativos, peticionou em 100% dos processos em andamento, pedido para suspensão de eventuais ordens de bloqueios e posteriormente, pedidos de negociação coletiva, garantindo desta forma, a melhoria dos seus índices de liquidez e a continuidade normal das operações.

30. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 27 de junho de 2020.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/05/2020.